

Territorializando corpos, gêneros e sexualidades

JOÃO VICTTOR GOMES VARJÃO 
Universidade de São Paulo | São Paulo, SP, Brasil
jvgomesvarjao@gmail.com

ANNE ALENCAR MONTEIRO 
Universidade Federal da Bahia | Salvador, BA, Brasil
alencar.anne@gmail.com

MAIARA DAMASCENO DA SILVA SANTANA 
Universidade Federal da Bahia | Salvador, BA, Brasil
maiaramerico@gmail.com

DOI 10.11606/issn.2316-9133.v33i2pe200377

resumo Neste ensaio antropológico, propõe-se uma reflexão que articula os temas centrais discutidos ao longo do dossiê “Territorializando corpos, gêneros e sexualidades”, organizados por João Victor Gomes Varjão, Anne Alencar Monteiro e Maiara Damasceno da Silva Santana, enfatizando as interconexões entre os textos e as diversas abordagens teóricas e metodológicas presentes. A estrutura da análise será organizada em torno das questões emergentes que se revelam a partir das contribuições dos autores, com foco na inter-relação entre território, identidades, masculinidades e desejos nas experiências etnografadas. Busca-se, com isso, suscitar novas indagações e insumos epistemológicos que contribuam para uma compreensão mais aprofundada das complexidades que permeiam as dinâmicas de gênero, sexualidade, corpo e território, promovendo diálogos que se estendam além dos limites deste dossiê e ampliem o campo de discussão na Antropologia Social.

palavras-chave Território; Identidade; Masculinidade; Desejo

Territorializing bodies, gender and sexualities

abstract This essay proposes a reflection that articulates the central themes discussed throughout the dossier “Territorializing Bodies, Genders, and Sexualities”, organized by João Victor Gomes Varjão, Anne Alencar Monteiro, and Maiara Damasceno da Silva Santana, emphasizing the interconnections between the texts and the diverse theoretical and methodological approaches presented. The structure of the analysis is organized around emerging questions that arise from the authors' contributions, focusing on the interrelation between territory, identities, masculinities, and desires in the ethnographic experiences. This essay seeks to generate new inquiries and epistemological inputs that contribute to a deeper understanding of the complexities that permeate the dynamics of gender, sexuality, body, and territory, promoting dialogues that extend beyond the limits of this dossier and broaden the field of discussion in Social Anthropology.

keywords Territory; Identity; Masculinity; Desire



e230377

<https://doi.org/10.11606/issn.2316-9133.v33i2pe230377>

Introdução

Desde a década de 1970, o estudo sobre corpo e diferença no campo da Antropologia Social foi acompanhado por reflexões direcionadas ao espaço de observação. Fosse por seu aspecto etnográfico e a localização de estudos em sociedades não ocidentais, fosse pela forte presença de questionamentos das teorias feministas, a suposição de um espaço com características particulares esteve presente na construção das análises e problemas de pesquisa. Nessa agenda, contudo, o espaço tendia a ser percebido como um elemento cenográfico, um espaço de inscrições de normas culturais, sociais e formas de organização social a partir do qual o que concebemos como gênero e sexualidade se instauraram. Entre 1980 e 1990, com a profusão de estudos sobre sexualidade, sociabilidades e regimes de identificação, esses aspectos ganharam novos contornos, passando a formar parte de um conjunto de análises mais elaborado e detalhado. Afinal, como o lugar forma parte das economias semânticas que conformam gênero ou sexualidade? Como corpo e território se fundem na constituição de categorias sociais significativas para a compreensão dos mundos sociais vividos?

A partir destas questões, buscou-se construir este dossiê denominado “Territorializando corpos, gênero e sexualidades”, homônimo deste ensaio-apresentação que esboçamos. Nosso objetivo era o de reunir trabalhos que discutem os desafios e dilemas impostos à etnografia, metodologia e teoria antropológica ao considerar como territórios atuam na configuração das ideias e práticas de conhecimento relacionadas ao gênero, à sexualidade e ao corpo, considerando também suas dimensões interseccionais. Nosso esforço foi o de reunir contribuições que tematizassem e dialogassem com as questões apresentadas a partir de cenários etnográficos variados.

A partir de seu trabalho etnográfico e do diálogo com a teoria feminista, Marilyn Strathern argumentou em *The Gender of the Gift* (1988) que o gênero deveria ser interpretado como uma categoria fundamentalmente relacional, indo além de uma leitura binária “sobre” homens e mulheres. De modo análogo, a partir das contribuições de autoras como Esther Newton e seu estudo sobre performance e sociabilidade entre *drag queens* (*Mother Camp*, 1972), a filósofa Judith Butler considera que o gênero deve ser entendido como uma cópia sem original, uma reprodução mimética inscrita a partir de uma gramática específica que encadeia corpo, gênero e desejo (*Gender Trouble*, 1990). A constituição desses elementos a partir de contextos e conjunções específicas tem sido objeto de interlocução da Antropologia há bastante tempo, como mostraram os trabalhos de Dorinne Kondo (*Crafting Selves*, 1990), Mariella Bacigalupo (*Shamans of the Foye Tree*, 2007), Evelyn Blackwood, Tom Boellstorff (*Coming of Age in Second Life*, 2008), Marcia Ochoa (*Queen for a Day*, 2014), Richard Parker (*Bodies, Pleasures, and Passions*, 1999) e outros. No âmbito das contribuições à antropologia e à produção de urbanidade, Néstor Perlongher propôs a territorialidade como um mecanismo para observar fluxos e movimentos que antevêm relações entre sexo, subjetividade e espaço urbano, a partir da experiência de prostituição viril (*O negócio do michê*, 1987).

Experimentações teóricas e metodológicas semelhantes também permitiram considerar como categorias são co-produzidas e implicam formas particulares de se relacionar com o território, a exemplo do que ilustram os trabalhos de autoras como

Philomena Essed (*Understanding Everyday Racism*, 1991), Lélia Gonzalez (*Por um feminismo afro-latino-americano*, 2020), Mara Viveros Vigoya (*Racialized Masculinities*, 2016) e Avtar Brah (*Cartographies of Diaspora*, 1996), Anne McClintock (*Couro Imperial*, 2010). Essas propostas podem ser compreendidas na esteira do que Kimberlé Crenshaw, Patricia Hill Collins (*Black Feminist Thought*, 1990), Sirma Bilge (*Intersectionality*, 2016) e Carla Akotirene (*O que é interseccionalidade?*, 2018) categorizam e descrevem como interseccionalidade, ou seja, as conexões e sobreposições entre marcadores sociais que constituem diferentes regimes de opressão e privilégio social. Assim, qual o papel do território na conformação de noções de corpo e diferença e como eles se articulam às experiências interseccionais?

O dossiê buscou compreender: quais reelaborações essas intersecções lançam para a produção antropológica sobre sexualidade e gênero? Quais incitações teóricas-metodológicas são lançadas a partir da problematização do território? Quais reflexões éticas emergem dessas situações particulares? Buscamos pesquisas e reflexões etnográficas que abordassem a diversidade e a diferença de gênero e sexualidade, tendo como eixo reflexivo o território e suas particularidades. Pretendemos, portanto, agregar reflexões instigadoras de questões que emergem de suas experiências e estudos, abordando questões relacionadas à sexualidade e ao gênero em suas pesquisas, provocando novas questões e reelaborações epistemológicas.

Neste ensaio, propomo-nos a desenvolver uma reflexão que articula os temas centrais discutidos ao longo do dossiê, enfatizando as interconexões entre os textos e as diversas abordagens teóricas e metodológicas presentes. A estrutura da análise será organizada em torno das questões emergentes que se revelam a partir das contribuições dos autores, com foco na inter-relação entre território, identidades, masculinidades e desejos nas experiências etnografadas. Buscaremos, com isso, suscitar novas indagações e insumos epistemológicos que contribuam para uma compreensão mais aprofundada das complexidades que permeiam as dinâmicas de gênero, sexualidade e corpo, promovendo diálogos que se estendam além dos limites deste dossiê e ampliem o campo de discussão na Antropologia Social.

Território, etnia e identidade

Na América Latina, o conceito de território assume uma complexidade particular, transcendendo as definições estritamente jurídicas, geográficas e políticas (Haesbaert, 2020). Ele é entendido como parte de uma rede de conexões profundas que envolvem o corpo, o bem-viver e os diversos modos de produção de vida e existência. Corpo e território entrelaçam-se de forma simbiótica e, em determinados contextos locais, tornam-se indissociáveis, configurando o que se denomina corpo-território, por exemplo.

Mais do que um marcador conceitual, essa expressão constitui uma ferramenta analítica e política para compreender e reivindicar a interseção entre corpo, identidade e território. Essa perspectiva pode ser exemplificada a partir do lançamento do “Caderno da Semana dos Povos Indígenas 2023”, intitulado “Mulheres: corpos-territórios indígenas em resistência!”, fruto de uma parceria entre o Conselho de Missão entre Povos Indígenas (COMIN) e a Articulação Nacional das Mulheres Indígenas Guerreiras da Ancestralidade

(ANMIGA). Nesse material, as vozes de mulheres indígenas dos seis biomas brasileiros – Amazônia, Mata Atlântica, Cerrado, Caatinga, Pampa e Pantanal – destacaram a relação intrínseca entre seus corpos e dimensões mais amplas da existência, como a conexão com a terra, a comunidade, a “espiritualidade” e a política. Essa visão é sintetizada na Marcha das Mulheres Indígenas (2019): [...] o território para nós não é um bem que pode ser vendido, trocado, explorado. O território é nossa própria vida, nosso corpo, nosso espírito [...] (Marcha das mulheres indígenas, 2019).

As mulheres-terra, mulheres-sementes, mulheres-raízes e mulheres-água, que estruturam a organização interna da ANMIGA como parte de seu conselho consultivo e deliberativo, evidenciam a conexão entre o corpo feminino indígena e o território ancestral. Essa relação não apenas reafirma a luta pelo direito à terra, mas também destaca que o território é uma extensão do corpo dessas mulheres. Qualquer agressão ao território é, portanto, uma violência direta contra seus corpos e contra sua própria existência.

Entre algumas populações indígenas, como os Kariri-Xocó (Santana, 2021), a relação entre corpo e território se manifesta de forma especialmente interessante. Um exemplo disso é o ritual de enterrar o cordão umbilical do bebê após sua queda, conectando o recém-nascido ao território. Essa prática estabelece uma relação de pertencimento ao lugar, além de configurar-se como parte do processo de produção corporal e, conseqüentemente, da pessoa Kariri-Xocó. As dinâmicas sociais e territoriais, decorrentes da prática de “enterrar o imbigo”, criam redes de relacionalidade que reforçam vínculos com o lugar, configurando o território não apenas como espaço físico, mas como dimensão vital¹.

É fundamental considerar um aspecto central na articulação entre identidade, corpo e território: o impacto da colonização sobre as populações indígenas, especialmente aquelas situadas na área etnográfica Nordeste/Leste. Esses povos foram submetidos a deslocamentos forçados, que os desarraigaram de suas terras ancestrais e frequentemente os confinaram a áreas que não correspondem à sua localização histórica nem à extensão territorial ocupada antes da colonização. Nesse contexto, conforme argumenta Gallois (2004: 40), “não é possível concluir que a apropriação de uma terra necessariamente resulte na transformação da identidade étnica em marcador territorial”.

Esse contexto evidencia a profundidade e a complexidade da discussão sobre território, que deve ser entendido como uma construção atravessada por dinâmicas de violência, resistência e resignificação. Mais do que um espaço físico, o território configura-se como um lócus de memória, cultura e identidade, cuja disputa não apenas carrega as marcas do passado colonial, mas também reflete os desafios contemporâneos enfrentados por grupos sociais historicamente marginalizados.

Partindo dessa discussão, no primeiro eixo temático observado em nosso dossiê, observamos a inserção entre território, etnia e identidade, destacando como esses aspectos se manifestam em diferentes contextos socioculturais e históricos. A partir de análises

¹ É importante mencionar que essa discussão foi amplamente discutida no dossiê “Corpo, terra, perspectiva: o gênero e suas transformações na etnologia” publicado na *Amazônica - Revista de Antropologia*, organizado por Beatriz de Almeida Matos, Julia Otero dos Santos, Luisa Elvira Belaunde. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/amazonica/issue/view/403/showToc>. Acesso em 02 dez. 2024.

etnográficas, performances artísticas e narrativas de resistência, os textos investigam práticas de pertencimento, articulações identitárias e enfrentamentos a sistemas de opressão estruturais.

A análise de Ana Letícia Cordeiro de Melo, Suely Emília de Barros Santos e Clarissa de Oliveira Gomes Marques da Cunha (2024) oferece uma leitura ecofeminista e decolonial da relação entre corpo e território, articulando as vivências de mulheres camponesas com o impacto de políticas neoliberais, como a transposição do Rio São Francisco, e da emergência sanitária da Covid-19. A pandemia do coronavírus, também chamada de “coronacrise” (Oliveira, 2020; Mello et al., 2020; Oliveira et al., 2021), aprofundou as desigualdades sociais no Brasil, criando condições propícias para o que Santos et al. (2020) denominam “epidemia perfeita”. Embora a crise seja global, seus impactos se manifestam de maneira particular em contextos locais, afetando de forma mais severa grupos historicamente marginalizados. Essa situação é sintetizada por Minayo e Freire (2020: 3555), ao afirmarem que, embora “estejamos todos sob a mesma tempestade, não estamos no mesmo barco”. Segundo as autoras, a pandemia da Covid-19 não apenas expôs essas desigualdades estruturais, mas intensificou práticas de cuidado e solidariedade entre as mulheres. Essas ações desafiam uma lógica desenvolvimentista que desconsidera os modos de vida locais e reforçam o papel político dessas mulheres na preservação de territórios como espaços de existência e dignidade. Como afirmam as autoras (2024: 15):

[...] para pensar nas possibilidades de produção de autonomia das mulheres inseridas no contexto da transposição, diante dos processos de saúde-doença-cuidado que as atravessam, é preciso alçar uma crítica contundente à ideia de desenvolvimento que sustenta a execução de megaempreendimentos. Essa ideia articula colonização e patriarcalização em uma complexa e articulada teia de opressões.

A articulação entre corpo e território amplia a discussão para além da materialidade do espaço, reconhecendo que as experiências de pertencimento e luta estão profundamente enraizadas nos corpos das mulheres. Aqui o conceito de corpo-território emerge como central para entender as dinâmicas de vulnerabilização, mas também de resistência das mulheres camponesas no sertão pernambucano. Isso ressoa com abordagens ecofeministas que apontam para a conexão entre exploração ambiental e desigualdades de gênero, criando uma lente potente para examinar formas de resistência em contextos rurais.

O trabalho de Dayane Nascimento Sobreira (2024) destaca como a Marcha das Margaridas reconstrói o território enquanto um espaço de protagonismo político. As mulheres rurais, das águas e das florestas, ao se autodenominarem Margaridas, reivindicam uma identidade que entrelaça questões de gênero, raça, classe, geração e território, desafiando múltiplas formas de opressão. Com o objetivo de realizar uma etnografia feminista da 6ª Marcha das Margaridas, a autora nos conduz por todo o percurso até sua chegada a Brasília (DF). Ao longo do trajeto, ela narra os anseios e as expectativas em

relação ao evento, incluindo momentos de alimentação, rezas e cânticos, tudo isso imerso nas gravações das entrevistas realizadas desde o próprio percurso.

A autora revela que a Marcha não se limita a um evento simbólico realizado a cada quatro anos, mas constitui uma prática contínua de resistência que reafirma os territórios como espaços de luta contra o patriarcado, o racismo e o capitalismo. Dessa forma, a Marcha se torna uma referência fundamental na vida dessas mulheres, fortalecendo seu protagonismo e suas práticas de luta cotidiana. Esse protagonismo, por sua vez, se reflete na maneira como elas reelaboram o feminismo a partir de suas especificidades. Ao contrário de abordagens universalistas, o feminismo das Margaridas emerge de experiências locais, combinando redistribuição econômica, reconhecimento cultural e representação política. Essa reelaboração do feminismo a partir do território desafia as fronteiras do próprio movimento feminista, propondo novas formas de articulação política e identitária.

O estudo posterior é o de Vicente Danica (2024), que situa-se no contexto chileno pós-Estallido Social, mostrando como vídeo-performances Mapuche articulam resistência ao colonialismo e às normatividades de gênero e sexualidade. As obras analisadas desafiam a cis-heteronormatividade e a lógica colonialista ao politizar corpos e coletividades indígenas. As vídeo-performances não são apenas expressões estéticas, mas veículos de resistência que ampliam o entendimento de território como lugar de memória e luta. A utilização da arte como ferramenta política evidencia o potencial das narrativas culturais para questionar hegemonias.

Desafia-nos, pois implica libertarmo-nos de estereótipos, expectativas e limitações impostas em relação ao corpo e à forma como este deve ser vivido e experienciado. A monda de corpos promove uma heterogeneidade corpo-território e uma ternura para com todas as formas corporais e a sua auto-determinação. Este olhar permite-nos desafiar e subverter as normas de gênero, os ideais estéticos e as pressões sociais que restringem a liberdade e a expressão dos corpos (Danica, 2024: 19)

Essa abordagem ressalta a importância de pensar o território como um espaço em constante negociação, onde identidades são reafirmadas frente às forças opressoras. O território, nesse contexto, aparece como um espaço simbólico e material de disputa, reafirmando identidades mapuches enquanto denuncia a opressão histórica.

Por fim, na entrevista conduzida por João Caetano Brandão (2024), intitulada “Capoeiravogue e malandragem 2.0”, Puma Camillê, uma capoeirista travesti, oferece uma visão inovadora sobre como práticas culturais moldam identidades e territorialidades. A CapoeiraVogue emerge como uma fusão criativa que combina as tradições da capoeira com a cultura *ballroom*, compreendida como uma “tecnologia de resistência e expressão” (2024: 02). Essa prática ressignifica o território baiano ao desafiar normas de gênero, integrando elementos tradicionais e inovações contemporâneas. A CapoeiraVogue evidencia como o território pode ser reconfigurado por meio de práticas culturais híbridas, criando novos

espaços de pertencimento e expressão que se estendem, cada vez mais, ao ambiente digital. Ao articular corpo, gênero e território, essa prática enfatiza a importância de pensar o território como um lugar dinâmico, atravessado por fluxos de criatividade e resistência. Na trajetória da multiartista Puma Camillê, essas expressões ultrapassam o desenvolvimento de habilidades corporais, tornando-se fundamentais para a formação de uma consciência crítica acerca das dinâmicas políticas e sociais. O corpo, por sua vez, é entendido como uma “arma de batalha”. Assim, capoeira e vogue transcendem o campo da performance, consolidando-se como ferramentas de contestação, resistência e transformação, tanto nas esferas sociais e digitais, quanto pessoais, ao reivindicarem novas possibilidades de existência e expressão.

Os textos revelam que território, etnia e identidade são dimensões em constante processo de negociação, construção e resistência. Quando entrelaçadas, essas dimensões configuram territórios como espaços de enfrentamento às hegemonias, campos de inovação cultural e lugares de invenção de novas subjetividades. Esse entendimento dialoga com teorias contemporâneas que destacam o território como uma arena fluida e multifacetada, marcada por fluxos de poder, cultura e resistência. A luta das mulheres camponesas e das Margaridas demonstra como o território é vivido e defendido como extensão do corpo, reivindicado como espaço de cuidado, pertencimento e enfrentamento às lógicas neoliberais. Nas performances Mapuche, o território emerge como um símbolo de memória e identidade coletiva, articulado a corpos que contestam as marcas do colonialismo e das normatividades de gênero. Por sua vez, a CapoeiraVogue exemplifica como a criatividade cultural transforma territórios físicos e digitais em espaços de reconfiguração de identidades e práticas, expandindo os limites do pertencimento e desafiando fronteiras entre tradição e inovação. Essas experiências reforçam que o território, mais do que um espaço geográfico, é um campo político e simbólico onde histórias, corpos e culturas se entrelaçam. É nesse entrelaçamento que práticas de resistência se consolidam, desafiando opressões estruturais e criando novas formas de ser, estar e lutar no mundo.

Território e masculinidades

No segundo eixo temático, os trabalhos selecionados abordam as diversas formas de constituição das masculinidades e como elas são feitas no cotidiano de espaços educacionais, sejam eles formais ou informais, ou ainda ligadas a instituições de ensino. Os artigos de Pereira e Simões (2024), Estevão-Rezende (2024) e Oliveira (2024) demonstram, a partir de seus respectivos contextos etnográficos, como esses espaços não apenas formam, mas também são formados pelas relações de gênero, especialmente pelas diferentes performances de masculinidades. Ao fazê-lo, esses trabalhos oferecem contribuições significativas para os estudos de gênero e território, alinhando-se à crescente relevância das pesquisas sobre homens e masculinidades, sobretudo na antropologia.

Podemos considerar que esse foco nas masculinidades se insere em um movimento mais amplo de transformação nas pesquisas de gênero. Desde os anos 1970 e 1980, quando os primeiros estudos nessa área se concentravam principalmente nas questões femininas e das mulheres (Grossi, 2004), havendo uma transição gradual no uso

do termo “mulher”, anteriormente mais descritivo, para a adoção do conceito de “gênero” enquanto uma categoria analítica (Scott, 1990). Essa mudança enfatizou os aspectos relacionais e culturais entre o feminino e o masculino, rejeitando o determinismo biológico associado as noções de sexo ou diferença sexual. É nesse momento, com a formulação do conceito de “gênero” pelas teorias feministas em sua dimensão relacional, que os homens passam a ser investigados como sujeitos empíricos e as masculinidades começaram a ganhar destaque como foco de análise (Medrado; Lyra, 2008). Sem dúvidas, o conceito de masculinidade hegemônica, descrito por Connell e Messerschmidt (2013), é uma das principais contribuições para esse campo e permanece sendo amplamente utilizado em pesquisas atuais que abordam diversos contextos. Esse conceito destaca que a masculinidade não é uma categoria homogênea, mas resultado de múltiplas relações de poder, não apenas entre homens e mulheres, mas também entre os próprios homens. A masculinidade hegemônica, nesse sentido, diferencia-se de masculinidades subordinadas ou subalternas, funcionando como um modelo normativo de conduta que, embora não reflita necessariamente a vida cotidiana da maioria dos homens, serve como um parâmetro social exaltado por instituições como a mídia, a igreja e o Estado. Esse padrão culturalmente dominante sustenta a posição de poder dos homens, legitimando a subordinação de mulheres e de outras formas de masculinidades. Ainda que poucos homens alcancem essa masculinidade idealizada, ela orienta comportamentos, atitudes e expectativas sociais relacionados ao que significa ser homem. Assim, o conceito de masculinidade hegemônica nos permite pensar em múltiplas masculinidades.

A relação entre masculinidades hegemônicas e subalternas tem sido explorada, em pesquisas recentes, a partir de uma perspectiva interseccional, evidenciando como outros marcadores sociais, além do gênero – como raça, classe, sexualidade e geração – desempenham papéis cruciais na produção e consolidação de hierarquias entre os homens. Viveros Vigoya (2018) oferece uma importante contribuição ao argumentar, com base na interseccionalidade e nos estudos pós-coloniais, que as masculinidades são contextuais, historicamente situadas e profundamente entrelaçadas com dinâmicas socioculturais mais amplas, como a colonização, o nacionalismo e o neoliberalismo. Em seus estudos, ela analisa como o colonialismo moldou as concepções de masculinidade na América Latina – ou na “Nossa América”, como a autora prefere denominar – perpetuando relações de poder racializadas e de gênero.

Os artigos selecionados para este dossiê e que compõem o presente eixo temático enriquecem esse campo de estudos, ao analisar as diversas produções de masculinidades e suas interseções com raça, classe e sexualidade. Além disso, oferecem uma reflexão valiosa sobre como o território se configura como um elemento ativo na maneira como essas masculinidades são vivenciadas e articuladas no cotidiano, seja em espaços educacionais, seja em contextos relacionados a processos educativos. O artigo de Yuri Alexandre Estevão-Rezende (2024) examina as masculinidades em repúblicas estudantis de Ouro Preto (MG), focando na tradição republicana dessas moradias, suas configurações generificadas e a construção do “perfil de morador”. Essas repúblicas são históricas e desempenham um papel central na vida dos estudantes da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), sendo configuradas por relações de gênero, classe, raça e sexualidade. Ao

explorar as dinâmicas de funcionamento dessas moradias, o autor revela que elas não são apenas locais onde jovens universitários residem e compartilham despesas, mas também espaços marcados por complexas relações sociais. Essas interações, muitas vezes desiguais, ocorrem tanto entre os moradores quanto com estudantes que almejam ingressar nessas repúblicas. A partir desse contexto etnográfico e inspirado em conceitos de “territorialidade” (Perlongher, 1987) e “configuração de casas” (Marcelin, 1999), o autor argumenta que “ser republicano implica não apenas habitar uma república — ou seja, ocupar um espaço físico —, mas também corporificar os códigos sociais que tornam tais locais singulares em Ouro Preto.” (Estevão-Rezende, 2024: 6). O autor demonstra, também, que essas repúblicas não são isoladas, mas compõem uma rede de configurações que são constituídas a partir de afinidades, sociabilidades e hierarquias entre seus moradores.

Nesse sentido, a análise destaca como as masculinidades são construídas nesses contextos, influenciadas por um “perfil de morador” que frequentemente reproduz estereótipos de gênero e sexualidade, relacionados a classificações como “esquerdomacho”, “hetero top” e “playboys”. Esses “modelos de ser homem” e de ser morador de uma república em particular se sobrepõem e se complementam, refletindo e reforçando normas sociais específicas dentro desses espaços. A partir da análise desses perfis, Estevão-Rezende (2024) demonstra como a constituição das masculinidades está interseccionada com sexualidade, raça e classe. Nesse sentido, percebemos como, no contexto dessas repúblicas, a masculinidade é performada por meio de dinâmicas sociais, linguagens específicas e práticas cotidianas, que frequentemente são pautadas em dinâmicas hierárquicas e excludentes.

Seguindo na perspectiva de compreender as dinâmicas performativas das masculinidades, o artigo “‘Sujeito homem corre pelo certo’: Notas etnográficas sobre a articulação entre juventudes, masculinidades e mundo do crime”, escrito por João Victor Borri de Oliveira (2024), analisa as experiências de jovens submetidos a medidas socioeducativas em São Carlos (SP). A pesquisa etnográfica explora como a categoria “sujeito homem” opera no contexto das juventudes associadas ao “mundo do crime”. O autor propõe uma compreensão dessas masculinidades como performances, marcadas por um conjunto de valores morais e normativos considerados “certos” dentro do contexto dessas relações. Valores como respeito, humildade, proceder e responsabilidade - ou “correr pelo certo”, segundo um de seus interlocutores - são centrais para a constituição dessas masculinidades. Além disso, o autor observa esse ambiente socioeducativo como um território pautado na homossociabilidade entre esses jovens, onde há formas específicas de produção de masculinidades.

Oliveira (2024) argumenta que, embora essas performances de masculinidades não possam ser reduzidas exclusivamente ao contexto do crime, sua constituição está diretamente relacionada a essa atividade, sobretudo, ao mercado de drogas ilegais. Isso ocorre porque esses jovens precisam lidar com expectativas, ambições e desejos moldados pelos signos, códigos morais e comportamentais presentes no mundo do crime, que influenciam diretamente suas práticas e percepções sobre o que significa ser homem. No entanto, o artigo destaca que essas masculinidades não devem ser entendidas como

atributos fixos, mas sim como performances situacionais. Assim, esse “sujeito homem” se constitui na interseção entre o mundo do crime, as juventudes e as masculinidades.

O artigo é relevante, portanto, para compreensão de como as masculinidades são dinâmicas e se reinventam continuamente. A noção de “sujeito homem”, evocada pelo autor, é pertinente nesse contexto, pois possibilita a análise e descrição de valores morais e comportamentais que compõem as performances de masculinidades. Nos casos etnográficos descritos pelo autor, esse “sujeito homem” se caracteriza como:

um jovem adulto em busca por respeito, dignidade, responsabilidade e proceder – e para consegui-los não mede esforços. Esses signos são evocados para uma espécie de afirmação e (re)afirmação de suas masculinidades, que garante sua honra e compromisso perante seus pares e sua família, por exemplo, e território socioeducativo, aparece como um dos lugares onde isso é exacerbado, verbalizado e performado. Ou seja, é um território que por trás, tem uma espécie de princípio de igualdade entre homens enquanto comunidade e enquanto grupo social. (Oliveira, 2024: 14).

Nesse sentido, esse modelo de ser homem emerge no e a partir do território socioeducativo, onde as relações entre os jovens reforçam e questionam essas performances, marcadas pela busca de independência e afirmação social. Esse ideal de masculinidade, que molda e é moldado pelo contexto socioeducativo, reflete uma busca por honra e pertencimento, demonstrando o território como espaço de vivência, julgamento e transformação das masculinidades. Já o artigo apresentado por Sasha Pereira e Júlio Assis Simões (2024) examina, sob uma abordagem etnográfica, a frase “você entra na Etec e vira gay, drogado ou rebelde”, usada por estudantes e funcionários de uma escola técnica de ensino médio localizada em São Paulo. O estudo contextualiza as dinâmicas de território, gênero e sexualidade no ambiente escolar, investigando como os jovens vivenciam e ressignificam essa expressão. O trabalho demonstra como o território escolar e as interações sociais moldam as identidades e as experiências dos jovens, destacando questões de gênero, sexualidade, classe e raça. Além disso, os autores evidenciam que o território escolar é marcado pela coexistência de espaços normativos e transgressores, configurando-o como um território de ambivalências. A noção de que os estudantes podem se tornar “gays, drogados ou rebeldes” após ingressarem na Escola Técnica Estadual (Etec) reflete as expectativas de alunos, dos responsáveis e da equipe escolar em relação às práticas juvenis nesse território. Os autores nos mostram, a partir da descrição etnográfica, que essas práticas incluem ações recorrentes no cotidiano escolar, como estudar, conversar, brincar, namorar, transar e, eventualmente, envolver-se em comportamentos como o uso de substâncias ilícitas ou a produção de grafites no banheiro. Os estereótipos mencionados, que podem ou não corresponder à realidade observada, atuam tanto como um limite moral imposto às vivências escolares quanto como uma antecipação das possíveis experiências que os jovens podem enfrentar nesse contexto. Assim, esse artigo, embora não trate

diretamente sobre masculinidade, demonstra de modo mais amplo e interseccional, como as dinâmicas de gênero e sexualidade estão imbricadas nas experiências desses jovens.

Os artigos que compõem este eixo temático revelam, de maneira multifacetada, como as masculinidades são constituídas, negociadas e performadas em diferentes territórios sociais e educacionais. A partir de análises etnográficas que abordam repúblicas estudantis, espaço de medida socioeducativa e escola técnica, os estudos destacam que os territórios não são apenas cenários neutros, mas agentes ativos na configuração das relações de gênero, raça, classe e sexualidade. As contribuições evidenciam a relevância de compreender as masculinidades como fenômenos contextuais e dinâmicos, atravessados por hierarquias e interseções que moldam as práticas e as identidades dos sujeitos. Ao articular esses processos com a noção de território, os trabalhos ampliam as possibilidades analíticas no campo dos estudos de gênero e território, demonstrando que as masculinidades, longe de serem estáticas, são continuamente (re)significadas nas interações sociais e nos contextos em que emergem. Em grande medida, os trabalhos reforçam a importância de investigar as masculinidades, a partir de uma perspectiva relacional e crítica, capaz de captar as tensões e transformações presentes nos diferentes espaços sociais e sua articulação com o território.

Território e desejo

No último eixo de aproximação dos trabalhos desenvolvidos para nosso dossiê, destacamos a interseção entre desejo e território, com ênfase em como essas duas categorias reelaboram as noções de território e corporeidade em contextos diversos. As pesquisas aqui discutidas revelam que o desejo, longe de ser um fenômeno isolado, se configura como um agente ativo na produção e reconfiguração de territórios, sejam eles físicos, sociais ou simbólicos. Ao explorar as maneiras pelas quais práticas sexuais e afetivas atravessam diferentes espaços, os estudos aqui apresentados ilustram como os corpos se apropriam de paisagens e ambientes urbanos, criando territórios fluidos e dinâmicos, que desafiam fronteiras convencionais entre o público e o privado, entre o permitido e o proibido. Assim, a relação entre desejo e território se revela como um processo de constante negociação e transformação, onde a territorialidade, entendida como um espaço de pertencimento e prática, é moldada pelas necessidades, estratégias e dinâmicas de poder que emergem das experiências vividas e dos corpos que as habitam.

À princípio, retomamos o artigo de Sasha Pereira e Júlio Assis Simões (2024). O desejo, ainda que não seja mencionado diretamente, faz subtexto em sua proposta, sobretudo a partir da articulação com a perspectiva de Néstor Perlongher, acerca de territorialidades marginais (1988), mesmo que com certa cautela. Por mais que existam figuras de autoridades “que regulam e estabilizam posições de sujeitos e de poder dentro do território” (Pereira; Simões, 2024: 04), existem territórios dentro do território – ou “lugares dentro de lugar” como dirá Marlon Rosário, em seu trabalho (2024) –, que permitem uma certa flexibilidade das possibilidades experimentais, articuladas ao desejo.

Na arquitetura da escola, é possível perceber espaços em que há o afrouxamento das regras, de modo que ela se torna um lugar potencial para os estudantes vivenciarem experiências com uso de substâncias psicoativas e relacionadas às experiências

afetivo-amorosas e também sexuais. Esses espaços são especialmente aqueles cuja visibilidade é reduzida, como nos limites da escola, no muro da quadra escolar que faz divisa com uma viela que dá acesso às comunidades situadas nas proximidades; também na caixa d'água da escola. No entanto, esses usos do desejo são voláteis, visto que, com reformas, outros locais passaram a exercer essa função, sobretudo pela discricção que permitem, como vestiários da quadra, salas vazias e alguns banheiros.

A partir dos desejos (sexuais, afetivos e relacionados ao consumo de substâncias psicoativas), esses estudantes desterritorializam o espaço institucional na escola, produzindo lugares em que vivem certas “liberdades” – sempre limitadas, temporárias e margeadas por um certo risco de punições, sanções e fofocas – que reterritorializam-se nas suas experiências. No entanto, como salientam Sasha Pereira e Júlio Assis Simões (2024: 15), “as opressões de gênero, de orientação sexual e de raça são constitutivas das relações, tornando determinadas e determinados estudantes mais vulneráveis conforme a situação que está posta”, implicando a percepção de que a escola é em si um espaço ambivalente que, embora permita certas experimentações do desejo, também é altamente permeada por atitudes disciplinares e punitivas, em sentido foucaultiano.

A escola, como território ambivalente, revela-se simultaneamente como espaço de regulação e de transgressão, onde o desejo – nas suas múltiplas manifestações – desafia as fronteiras institucionais e se inscreve em práticas juvenis que constantemente desterritorializam e reterritorializam os espaços disponíveis. Esses “lugares dentro do lugar”, marcados pela flexibilidade e pela discricção, tornam-se cenários privilegiados para vivências que ultrapassam as normas formais, permitindo aos estudantes explorarem experiências afetivas, sexuais e relacionadas ao consumo de substâncias psicoativas. Contudo, tais práticas ocorrem sob o signo da precariedade e do risco, evidenciando como o desejo opera na escola não apenas como força subversiva, mas também como elemento regulado por dinâmicas disciplinares e morais. Assim, a escola não se apresenta apenas como local de aprendizado formal, mas como um território complexo e contraditório, onde normas, resistências e experimentações coexistem. Em última instância, essas práticas e territorialidades revelam a potencialidade dos jovens em reconfigurar os limites do espaço escolar, ao mesmo tempo em que evidenciam as tensões estruturais que moldam suas experiências e trajetórias dentro desse território.

A pesquisa etnográfica de Marlon Rosário (2024), mencionada anteriormente, desenvolvida na praia do Jardim de Alah, em Salvador, oferece uma análise interessante das práticas homoeróticas em um espaço público, onde o desejo e a territorialidade se entrelaçam de maneiras complexas. Focada nos encontros noturnos, em sua maioria efêmeros e anônimos, a pesquisa revela como os homens que frequentam esse espaço reconfiguram o ambiente urbano, criando micro-territórios de intimidade e privacidade dentro da vastidão da praia, através de práticas como o sexo oral, masturbação e, em menor escala, o sexo penetrativo. A apropriação de espaços semipúblicos e a criação de microespaços, como as moitas de vegetação xerófila e os arbustos, demonstram como o desejo se articula com as estratégias de ocultação e discricção, desafiando as fronteiras entre o público e o privado. Ao focar na construção desses territórios de prazer e privacidade, a pesquisa lança luz sobre as formas de subversão que emergem na interseção entre

sexualidade, espaço e poder, e amplia o entendimento sobre a relação entre desejo e território, problematizando a regulação social da sexualidade e os direitos de expressão sexual em espaços urbanos.

A noção de "semipúblico" proposta por Rosário (2024) oferece uma perspectiva que expande o entendimento convencional dos espaços públicos, especialmente no que se refere às práticas de sociabilidade sexual em espaços como praias e outros locais abertos. Em seu trabalho, Rosário redefine o "semipúblico" como uma zona intermediária que, embora seja formalmente pública e submetida ao controle estatal, é apropriada por grupos específicos que estabelecem suas próprias normas e limites para o uso daquele espaço. Esse espaço torna-se então híbrido, pois passa a incorporar práticas de "privacidade" e "discrição", com regras tácitas que demandam um certo grau de ocultamento e restrição, adequando-se às dinâmicas de intimidade e desejo dos frequentadores. A apropriação desses espaços sugere que o território semipúblico não é estático; ao contrário, ele é continuamente recriado por dinâmicas de uso que respondem tanto às normas da coletividade como às necessidades de privacidade dos usuários, especialmente em contextos em que a intimidade e o desejo são vividos e negociados à margem da vida pública visível.

o entendimento de semipúblico, aqui observado, não faz referência aos significados previamente atribuídos a esse conceito, mas às manifestações culturais inerentes ao meu campo de pesquisa, onde indivíduos passam a reelaborar o espaço público a partir de potenciais zonas de prazer e mesmo privacidade" (Rosário, 2024: 15).

Ao fazer uso desses territórios, os sujeitos da pesquisa constroem e habitam zonas que são simultaneamente parte do tecido urbano e apartadas das normas dominantes, evidenciando a forma como o desejo reconfigura o espaço público e contribui para uma territorialidade própria, na qual corpos e paisagens são elementos inseparáveis.

A praia do Jardim de Alah, como espaço de encontro e de subversão, coloca em xeque as fronteiras entre o público e o privado, revelando a complexidade das relações entre sexualidade, espaço e poder na cidade contemporânea. Nesse sentido, o presente estudo visa contribuir para os debates sobre a sexualidade em espaços públicos, lançando luz sobre as práticas e os desafios enfrentados por homens que buscam prazer e intimidade em locais muitas vezes considerados inadequados ou proibidos. Ao dar voz a esses homens, o estudo problematiza as normas sociais e legais que regulam o sexo em público, abrindo caminho para uma discussão mais ampla sobre a diversidade sexual e o direito à cidade (Rosário, 2024: 18).

Rosário (2024) descreve que essa transformação do espaço ocorre pela criação de "códigos de conduta" e estratégias de anonimato, como a escolha de locais mais ocultos e a

busca por formas de controle sobre a visibilidade das práticas. Assim, o público e o privado não se tornam categorias fixas, mas flexíveis, moldadas pelos desejos e pelas ações de ocupação do espaço. Esse movimento de subversão dos limites entre o público e o privado revela as tensões entre normas sociais e práticas de desejo, mas também coloca em foco a questão do "direito à cidade": a possibilidade de ocupação e ressignificação dos espaços urbanos por diferentes formas de experiência sexual e identitária. Dessa forma, o trabalho de Rosário (2024) amplia o debate sobre a apropriação de espaços públicos, ao abordar a cidade como um cenário de múltiplas territorialidades e desejos que coexistem, negociam e, muitas vezes, confrontam as normas hegemônicas.

O ensaio fotográfico de Igor Erick, "Sexualidade e paisagens do desejo interior da Amazônia Paraense" (2024), em contramão, mas em diálogo, apresenta uma proposta inovadora ao deslocar a análise das práticas homossexuais e desejos para além dos grandes centros urbanos, levando em consideração a diversidade das experiências em contextos etnicamente marcados. Em seu trabalho, o autor explora como as paisagens naturais da Amazônia Paraense—como os igarapés, rios, matas e praias de água doce—são tecidos com práticas de sociabilidade e desejo, propondo uma nova forma de territorialização que transcende as concepções urbanas tradicionais. O conceito de "paisagens do desejo" articula esse processo, conectando as paisagens naturais aos corpos e às suas experiências sensoriais, que emergem em formas de sociabilidade e afetividade. Inspirado por Tim Ingold, o autor adota uma perspectiva ontológica, ampliando o olhar para as relações não humanas (como as encantarias e a natureza) que permeiam o desejo sexual. Ao compreender o desejo como algo que não é exclusivamente humano ou centrado no corpo, mas também nas interações com o ambiente, Erick propõe uma reflexão mais ampla sobre as paisagens sexuais, nas quais se entrelaçam as experiências de prazer, risco, memória e deslocamento. Essa abordagem traz à tona uma etnografia que não apenas mapeia os territórios, mas também revela as complexas inter-relações entre os corpos, as paisagens e os sentidos que constituem a vivência do desejo na Amazônia interiorana.

A pesquisa de Erick busca deslocar o desejo de territórios majoritariamente metropolitanos e urbanos para contextos etnicamente marcados, como os territórios interioranos (Domingues; Gontijo, 2021), e investigar como o desejo emerge de outras ontologias. O autor destaca as encantarias como parte integrante das experiências amazônicas paraenses, propondo que o desejo se articula em um espaço complexo, que transcende a visão urbana convencional. A pergunta central que motivou sua pesquisa foi: "Como faço para encontrar um local voltado para gays em Santarém?". A resposta a essa questão revelou que a cidade não possuía espaços formalmente reconhecidos como voltados para a diversidade sexual, o que levou Erick a direcionar seu olhar para outras formas de sociabilidade. A partir disso, o autor passou a observar o Rio Tapajós, os igarapés e as matas como locais de encontro e sociabilidade sexual, desafiando as concepções tradicionais sobre os espaços de desejo.

As formas de se conectar com essas paisagens são intensificadas por meio dos usos dos corpos através dos sentidos incorporados no dia a dia em uma experiência sensorial pelos sujeitos da pesquisa. As paisagens do

desejo que busquei desenvolver ao longo deste ensaio se configuram nas interações de meus e minhas interlocutores/as e no seu desejo de estar e sentir o rio Tapajós, as matas e os igarapés através de processos experienciais e vivências diárias constituídas por, ao mesmo tempo que, constituem as paisagens e os seus corpos. (Erick, 2024: 03)

No esforço etnográfico de Erick (2024), é possível perceber a tentativa de simetrizar e complexificar as relações que envolvem a construção do desejo no contexto de Santarém, PA. Ao adotar uma perspectiva ontológica, o autor amplia o olhar sobre o desejo sexual, propondo que a sexualidade em contextos amazônidas deve ser entendida dentro de um jogo mais amplo de relações que envolvem o ambiente, os corpos, as entidades naturais e os elementos culturais, como as encantarias. O autor propõe uma reinterpretação do desejo, distanciando-o tanto da concepção de uma força dirigida unicamente à satisfação, como também da abordagem psicanalítica que o associa à falta. Erick (2024) vê o desejo como um fenômeno relacional, que se configura não apenas no plano individual ou psicológico, mas como uma experiência integrada ao campo sensorial e ontológico de seus interlocutores. O desejo, nesse contexto, não é um impulso isolado, mas uma dinâmica que atravessa corpos, ambientes e forças não-humanas, manifestando-se nas práticas cotidianas de deslocamento, lazer, convivência e prazer. Essa perspectiva amplia a compreensão do desejo, conectando-o a um campo mais amplo de interações que envolvem tanto os sujeitos humanos quanto os não-humanos, e destaca a importância dessas práticas na constituição das territorialidades e relações sociais em contextos amazônidas.

Derradeira, mas não menos importante, cito a tradução do artigo "*Pasarelas y perolones*" de Marcia Ochoa publicado originalmente em 2011 (2024), realizada por Thiago Oliveira. Neste artigo, a autora aborda a presença transformista na Avenida Libertador, em Caracas, focalizando como esse espaço urbano é apropriado por trabalhadoras sexuais trans para visibilizar suas existências e reivindicar seu lugar na cidade. A Avenida Libertador, marcada pela ocupação histórica de transformistas, é descrita pelas interlocutoras de Ochoa como um território de longa permanência, um espaço que elas "ocupam a vida toda". Esse ponto de referência trans em Caracas não apenas concentra atividades de trabalho sexual, mas também se torna um cenário de visibilidade e resistência, onde as transformistas se apresentam em oposição a normas sociais que frequentemente marginalizam suas identidades e práticas. A presença constante e visível na avenida permite a criação de um território trans que não se limita ao trabalho sexual, mas simboliza uma afirmação de existência e direito à cidade, configurando uma mediação transformista que transforma a avenida em um espaço de pertencimento e expressão.

Marcia Ochoa (2024) explora como as transformistas da Avenida Libertador, em Caracas, utilizam duas posturas distintas para estabelecer visibilidade e ocupar o espaço urbano de maneira performativa: a "passarela" e a exibição do torso nu e dos seios. A "passarela" representa um tipo estilizado de caminhada, inspirada na elegância dos desfiles e concursos de beleza, que inclui giros, voltas e poses, elementos da cultura de concursos venezuelanos. Esse movimento não apenas captura a atenção de quem passa, mas também diferencia a mobilidade das transformistas das outras formas de circulação na avenida,

reorganizando o espaço ao seu redor e ressaltando a feminilidade e distinção que buscam projetar. Ao adotar essa postura, elas não só performam uma feminilidade glamourosa, mas também se conectam ao imaginário nacional em um país onde a cultura da beleza é extremamente valorizada, utilizando a passarela para se inserirem na esfera pública de forma legível e visível. Essa apropriação performativa do espaço urbano permite às transformistas uma entrada simbólica na narrativa cultural do país, onde a beleza é um ícone socialmente reconhecido e poderoso.

A natureza espetacular dessa performance transformista é demonstrada pelos carros cheios de pessoas - às vezes famílias inteiras ou grupos de amigos - que param para assisti-las à noite. As transformistas jogam beijos ou insultos nos carros. Nunca observei nenhum tipo de transação econômica resultante das interações com esses grupos, mas isso com certeza fazia parte da performance das transformistas na avenida, mesmo que nem todos participassem. Quando perguntei a uma delas o porquê se exibir dessa forma, ela disse que precisava demonstrar seus "talentos" (Ochoa, 2024: 15).

Ochoa destaca como as transformistas de Caracas, especialmente as da Avenida Libertador, não apenas ocupam o espaço urbano, mas o transformam, usando a avenida tanto para se afirmar quanto para reconfigurar um local de violência em um palco de visibilidade e poder. Esse espaço, que poderia ser marcado pela hostilidade, é ressignificado através de uma "projeção imaginária", onde a presença das transformistas é mitificada e associada à feminilidade glamorosa e à figura da mulher desejável e ousada. A ocupação da avenida Libertador e a construção de sua imagem como mulheres "desejáveis, dispostas e perigosas" se tornam ferramentas não apenas de sobrevivência, mas de inserção no imaginário urbano e nacional.

Ao transformar esses espaços em "passarelas", elas reafirmam sua presença e reivindicam seu lugar na nação, conectando sua performance ao simbolismo de Caracas e da Venezuela como um todo. A "projeção imaginária" é um recurso que permite às transformistas transcenderem o contexto de marginalidade, conquistando uma presença simbólica no cenário público e no que significa "ser venezuelano". As transformistas, assim, se afirmam como uma parte visível e intransigente da paisagem urbana, desafiando as normas e criando uma narrativa própria no coração da cidade e no imaginário coletivo.

As transformistas aprimoraram a arte de ocupar a avenida Libertador para transformar esse espaço de violência em uma passarela onde podem brilhar. Nessa transformação, elas se colocam no imaginário urbano e nacional de forma indelével. Lembremo-nos das palavras da Venezuela: "Meu nome é Venezuela. Sou uma transformista. Trabalho aqui nesta boate. É meu meio, mas não é meu objetivo". Venezuela sobrevive nesse meio usando a projeção imaginária - a habilidade de transformar um espaço de violência em uma passarela. [...] Eu me perguntava: como as

transformistas criam seu lugar na Venezuela? A mediação e a projeção imaginária são suas ferramentas. Dessa forma, as transformistas projetam sua presença mítica no imaginário urbano e nacional. Usando os meios massivos de tráfego que passam pela avenida Libertador há décadas, elas criaram sua fama de mulheres desejáveis, dispostas e perigosas. Nessa conjuntura de poder e modernidade na Caracas do final do século XX, as transformistas abriram o campo para se projetarem para o público nacional. Neste artigo, estabeleci que as transformistas usam a avenida Libertador para vários propósitos táticos e simbólicos. Por meio do uso desse local e da visibilidade pública que ele lhes proporciona, as transformistas também realizam um tipo diferente de trabalho: elas estabelecem sua participação no que significa ser venezuelano e viver em Caracas (Ochoa, 2024: 16).

Thiago Oliveira, no ensaio em que reflete sobre o texto de Marcia Ochoa, denominado “Perdido na tradução: gênero, sexualidade, lugar o projeto antropológico” (2024), aproxima seu campo etnográfico, na cidade de Tabatinga, no noroeste do estado do Amazonas, próximo à fronteira com a cidade de Leticia, na Colômbia, com o campo venezuelano de Ochoa, demonstrando haver conexões analógicas entre as perspectivas. Refletindo também sobre a questão da própria tradução no projeto antropológico, o autor afirma: “a gramática do gênero e das sexualidades, apesar de acionar um verniz de semelhança, pode estar constituída também por sintaxes e construções lexicais próprias” (Oliveira, 2024: 08). Em grande medida, afirma o autor, o projeto antropológico de Ochoa produz experimentações etnográficas nas relações entre corpo, pessoa, diferença e lugar.

Para concluir, as discussões apresentadas nesse eixo revelam a complexidade e a diversidade das relações entre desejo, território e corporeidade, evidenciando que esses elementos não apenas coexistem, mas se influenciam mutuamente em diferentes contextos. Ao longo das pesquisas analisadas, vemos como o desejo atua como uma força de territorialização, transformando espaços e paisagens em cenários fluidos, capazes de articular relações de poder, identidades e práticas sociais. Nos estudos, torna-se evidente que o território é continuamente reconfigurado pelos corpos que o habitam e pelas práticas que nele ocorrem, desafiando noções fixas de público e privado, e de centro e periferia.

Territorializando a antropologia

Em linhas gerais, os trabalhos apresentados neste dossiê demonstram a importância de refletir etnograficamente sobre o território não apenas como um plano de fundo, mas como um agente ativo na construção e constituição de identidades, práticas de gênero e expressões de sexualidade. As discussões evidenciam que o espaço territorial molda, interage e desafia as dinâmicas sociais, influenciando as relações de poder, as normas culturais e as experiências vividas pelos indivíduos. Corroboramos com Doreen Massey (2005), em suas reflexões sobre a espacialidade, cuja argumentação defende que o território deve ser entendido como um produto de relações sociais e um espaço de interações que se desdobram no tempo, enfatizando que a geografia é um espaço de

múltiplas histórias e experiências que se entrelaçam (Massey, 2005). Assim, o território se torna um lócus de significação onde as interseccionalidades entre etnia, raça, classe, gênero e sexualidade se entrelaçam, revelando a complexidade das relações sociais. Essa análise proporciona uma oportunidade para reconfigurar as narrativas sobre identidade, performance e desejo, reconhecendo a centralidade do território nessas experiências. Essa abordagem nos convida a repensar as categorias analíticas na Antropologia Social e a considerar como a dimensão territorial pode informar práticas e experimentações.

Referências bibliográficas

- Akotirene, Carla. 2019. *O que é interseccionalidade?* São Paulo: Letramento.
- Andrade, João Caetano Brandão. 2024. "Capoeiravogue E Malandragem 2.0: Uma Entrevista Com Puma Camillê." *Cadernos De Campo* (São Paulo - 1991) 33 (2): e227168. <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9133.v33i2pe227168>.
- Bacigalupo, Mariella. 2007. *Shamans of the Foye Tree: Gender, Power, and Healing among Chilean Mapuche*. Austin: University of Texas Press.
- Bilge, Sirma; Collins, Patricia Hill. 2016. *Intersectionality*. Cambridge: Polity Press.
- Blackwood, Evelyn. 2010. *Falling into the Lesbi World: Desire and Difference in Indonesia*. Honolulu: University of Hawai'i Press.
- Boellstorff, Tom. 2005. *The Gay Archipelago: Sexuality and Nation in Indonesia*. Princeton: Princeton University Press.
- Brah, Avtar. 1996. *Cartographies of Diaspora: Contesting Identities*. New York: Routledge.
- Butler, Judith. 1990. *Gender Trouble: Feminism and the Subversion of Identity*. New York: Routledge.
- Collins, Patricia Hill. 2000. *Black Feminist Thought: Knowledge, Consciousness, and the Politics of Empowerment*. New York: Routledge.
- Connell, Robert; Messerschmidt, James. "Masculinidade hegemônica: repensando o conceito". *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 21, n. 1, p.241-274, jan. 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2013000100014>.
- Crenshaw, Kimberlé. 1989. "Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics." *University of Chicago Legal Forum*: 139-167.
- Danica, Vicente. 2024. "Fissuras No Heterowingskapatriarcado: Uma Abordagem a Partir Do Diálogo Com Vídeo-Performances De Autores Mapuche." *Cadernos De Campo* (São Paulo - 1991) 33 (2): e223597. <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9133.v33i2pe223597>.
- Domingues, Bruno Rodrigo Carvalho; Gontijo, Fabiano. 2021. "Como assim, cidade do interior? Antropologia, urbanidade e interioridade no Brasil." *Ilha Revista de Antropologia*, Florianópolis 23 (3). <https://doi.org/10.5007/2175-8034.2021.e74075>.
- Erick, Igor. 2024. "Sexualidade E Paisagens Do Desejo No Interior da Amazônia Paraense." *Cadernos De Campo* (São Paulo - 1991) 33 (2): e226954. <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9133.v33i2pe226954>.
- Essed, Philomena. 1991. *Understanding Everyday Racism: An Interdisciplinary Theory*. Newbury Park: SAGE Publications.

- Gallois, Dominique Tilkin. 2004. *Terras ocupadas? Territórios? Territorialidades?* In *Terras Indígenas & Unidades de Conservação da Natureza*, organizado por Fany Ricardo, 37-41. São Paulo: Instituto Socioambiental.
- Gonzalez, Lélia. 2020. *Por um feminismo afro-latino-americano*. Organização Flávia Rios e Márcia Lima. São Paulo: Zahar.
- Grossi, Miriam Pillar. "Masculinidades: uma revisão teórica". *Antropologia em Primeira Mão*, Santa Catarina, v. 1, n. 1, p. 1-37, 2004.
- Haesbaert, Rogério. 2020. "Do corpo-território ao território-corpo (da terra): contribuições decoloniais." *Geographia* 22: 75-90.
- Kondo, Dorinne. 1990. *Crafting Selves: Power, Gender, and Discourses of Identity in a Japanese Workplace*. Chicago: University of Chicago Press.
- Lewkowicz, Rita Becker. 2021. "Prefácio." In *Fala Parente! A covid-19 chegou entre nós*, organizado por Elissandra Barros, 9-10. São Paulo: Iepé PET-Indígena.
- Marcha das Mulheres Indígenas. 2019. Documento final da Marcha das Mulheres Indígenas: "Território: nosso corpo, nosso espírito." Brasília, DF, 14 agosto.
- McClintock, Anne. 2010. *Couro imperial: raça, gênero e sexualidade no embate colonial*. Trad. Plínio Dentzien. Campinas, Editora da Unicamp.
- Medrado, Benedito; Lyra, Jorge. "Por uma matriz feminista de gênero para os estudos sobre homens e masculinidades". *Revista Estudos Feministas*, v. 16, n. 3, p. 809–840, set. 2008.
- Mello, Guilherme et al. 2020. *A Coronacrise: natureza, impactos e medidas de enfrentamento no Brasil e no mundo*. Centro de Estudos de Conjuntura e Política Econômica - IE/UNICAMP, Nota do Cecon, n.9, 1-23. Março.
- Melo, Ana Letícia Cordeiro de; Santos, Suely Emília de Barros; Cunha, Clarissa de Oliveira Gomes Marques da. 2024. "Sou Eu Quem Cuida': A Pandemia Narrada Por Mulheres Atravessadas Por Um Megaempreendimento." *Cadernos De Campo* (São Paulo - 1991) 33 (2): e227185. <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9133.v33i2pe227185>.
- Minayo, Maria Cecília de Souza, e Neyson Pinheiro Freire. 2020. "Pandemia exacerba desigualdades na saúde." *Portal e observatório sobre iniquidades em saúde*. Acesso em 12 dezembro 2022.
- Newton, Esther. 1972. *Mother Camp: Female Impersonators in America*. Chicago: University of Chicago Press.
- Ochoa, Marcia. 2014. *Queen for a Day: Transformistas, Beauty Queens, and the Performance of Femininity in Venezuela*. Durham: Duke University Press.
- Oliveira, Ana Luíza Matos de. 2020. "A cor/raça dos trabalhadores mais afetados na coronacrise." In *Covid-19*, organizado por CONEN (Coordenação Nacional de Entidades Negras), 6-17. s/l: CONEN.
- Oliveira, Esmael Alves de, e Cátia Paranhos Martins. 2021. "Coronacrise': Reflexões sobre alguns efeitos necropolíticos de/em uma pandemia e os desafios para as Ciências Humanas e Sociais em Saúde." *Tomo* 39: 19-44.

- Oliveira, Esmael Alves de, e Tiago Duque. 2022. "Pandemia e pandemônio no Brasil contemporâneo: reflexões sobre a produção das diferenças." *Revista Interinstitucional Artes de Educar* 8: 85-102.
- Oliveira, Thiago. 2024. "Perdido Na tradução: Gênero, Sexualidades, Lugar E O Projeto antropológico". *Cadernos De Campo (São Paulo - 1991)* 33 (2): e231904. <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9133.v33i2pe231904>.
- Parker, Richard. 1991. *Bodies, Pleasures, and Passions: Sexual Culture in Contemporary Brazil*. Boston: Beacon Press.
- Pereira, Sasha Cruz Alves; Simões, Júlio Assis. 2024. "Você Entra Na Etec E Vira Gay, Drogado Ou Rebelde: Território, Gênero E Sexualidade Na Experiência De Estudantes De Ensino Médio." *Cadernos De Campo (São Paulo - 1991)* 33 (2): e227228. <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9133.v33i2pe227228>.
- Perlongher, Néstor. 1987. *O negócio do michê: A prostituição viril em São Paulo*. São Paulo: Editora Brasiliense.
- Rosário, Marlon Araújo do. 2024. "Intimidades (Quase)Públicas: O Uso Do Urbano Nas Pegações Do Jardim De Alah Em Salvador, Bahia." *Cadernos De Campo (São Paulo - 1991)* 33 (2): e227180. <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9133.v33i2pe227180>.
- Santana, Maiara Damasceno da Silva. 2021. *Cada panela com o seu texto: casamento, relacionalidade e diferença no mundo Kariri-Xocó*. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal da Bahia.
- Santos, Ricardo Ventura, Ana Lucia Pontes, e Carlos E. A. Coimbra Jr. 2020. "Um 'fato social total': Covid-19 e povos indígenas no Brasil." *Caderno de Saúde Pública* 36 (10): 1-5.
- Scott, Joan. "Gênero: uma categoria útil de análise histórica". *Educação & Realidade*, [S. l.], v. 20, n. 2, 2017.
- Sobreira, Dayane Nascimento. 2024. "Ser Margarida Em Tempos De Cólera: Uma Etnografia Feminista Na 6ª Marcha Das Margaridas." *Cadernos De Campo (São Paulo - 1991)* 33 (2): e226312. <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9133.v33i2pe226312>.
- Strathern, Marilyn. 1988. *The Gender of the Gift: Problems with Women and Problems with Society in Melanesia*. Berkeley: University of California Press.
- Viveros Vigoya, Mara. 2003. *De que color es la piel de Dios?*. Bogotá: Grupo Editorial Norma.
- Viveros Vigoya, Mara. 2018. *As cores da masculinidade: experiências interseccionais e práticas de poder na Nossa América*. Trad. Alysson de Andrade Perez. Rio de Janeiro: Papéis Selvagens.

sobre os autores

João Victor Gomes Varjão

Doutorando em Antropologia Social pela Universidade de São Paulo (USP). Mestre em Antropologia Social pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Cientista Social, graduado pela Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF), em 2018. Integra o Núcleo de Estudos sobre Marcadores Sociais da Diferença da Universidade de São Paulo (NUMAS/USP), do Grupo

de Pesquisa Ética, Poder e Abjeção da Universidade Federal da Bahia (EPA/UFBA) e do Grupo de Pesquisas RHECADOS - Hierarquizações Raciais, Comunicação e Direitos Humanos. Temas de pesquisa centrais são: sexualidade, gênero, território, sociabilidade e racialidade, bem como, interesses teórico-metodológicos acerca de pesquisa etnográfica.

Anne Alencar Monteiro

Doutoranda em Antropologia pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Possui mestrado em Antropologia (2018), graduação em Ciências Sociais (2014), ambos pela Universidade Federal da Bahia, possui também especialização em Gênero, Diversidade e Direitos Humanos (2022) pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB). Tem experiência de pesquisa na área de Antropologia Feminista, Antropologia do Gênero, Raça, Política e Transgeneridade. Seus interesses de pesquisa articulam-se em torno dos seguintes temas: transmasculinidades, parentesco, reprodução, gênero, raça, feminismo e estudos queer.

Maiara Damasceno da Silva Santana

Professora Adjunta do Departamento II da Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Etnóloga e pesquisadora do Grupo de pesquisa Gênero, Reprodução e Justiça (Repgen) do Instituto Fernandes Figueira, da Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), e do Grupo de Ensino, Pesquisa e Extensão sobre Matrizes Antropofágicas e Educação (GEPMAE). Seus interesses de pesquisa concentram-se na etnologia indígena, com foco em relações interétnicas, gênero, sexualidade, reprodução e parentesco, além de questões ligadas à interseccionalidade e ao racismo.

Autoria: Os autores são responsáveis pela coleta de dados, sistematização e síntese dos argumentos apresentados ao longo do texto, bem como por sua escrita.

Financiamento: O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

Recebido em 08/10/2024.

Aprovado para publicação em 14/11/2024.